

## Maquiavel: um herdeiro provável da tradição literária do espelho do príncipe ou autor de um manifesto?

DENISE DOS SANTOS RODRIGUES\*

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre a plausibilidade da classificação de *O Príncipe*, o mais famoso texto de Maquiavel no campo da Filosofia Política, como um exemplar da tradição dos espelhos do príncipe, muito popular, sobretudo na Idade Média e no Renascimento. Trata-se de um gênero literário assim denominado por sua intenção de refletir estrategicamente uma imagem de governante ideal cujas qualidades deveriam ser observadas e reproduzidas pelo povo criando um reino harmônico; como um tipo de propaganda institucional que daria sustentabilidade política ao governante. Os aspectos diferentes dessa proposta nos levam a questionar se Maquiavel rompe com a tradição ou cria uma nova variante desse grupo de obras.

**Palavras-chave:** O Príncipe; Espelho; Virtudes; Vícios; Exortação.

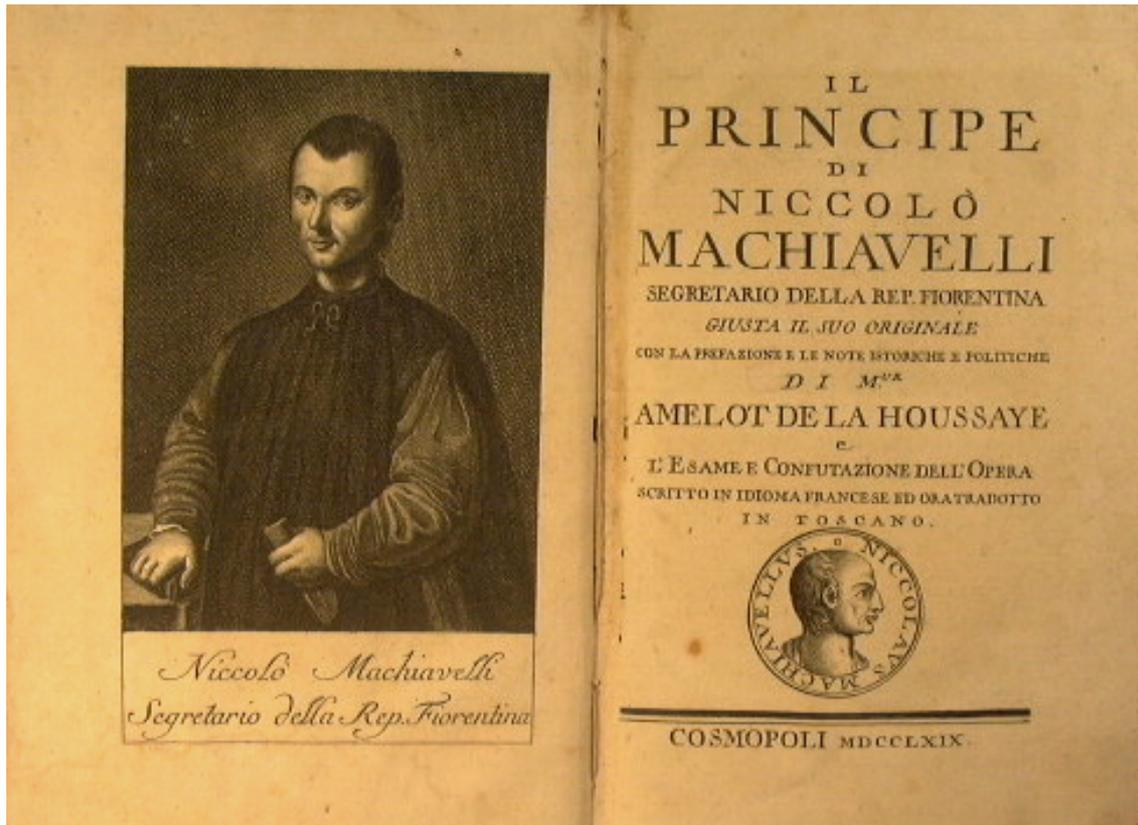
**Machiavelli: a likely heir to the literary tradition of the prince's mirror or the author of a manifesto?**

**Abstract:** This article aims to discuss the plausibility of the classification of *The Prince*, the most famous Machiavelli's masterpiece in the fields of Political Philosophy as an example of the tradition of the prince's mirrors, a very popular one, especially in the Middle Ages and the Renaissance. It is a literary genre so named for its intention to strategically reflect an image of the ideal ruler whose qualities should be observed and reproduced by the people creating a harmonious kingdom; a kind of institutional propaganda that would give political sustainability to the ruler. The different aspects of this proposal lead us to question whether Machiavelli breaks with tradition or creates a new variant of this group of masterpieces.

**Key words:** The Prince; Mirror; Virtues; Vices; Exhortation.



\* DENISE DOS SANTOS RODRIGUES é Doutora em Filosofia e também Doutora em Ciências Sociais, bacharel e licenciada em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. E-mail: [denise\\_rois@yahoo.com.br](mailto:denise_rois@yahoo.com.br)



### Introdução

Pode-se tentar estabelecer a diferenças e similitudes entre a linguagem de uma obra filosófica e outra literária, que podem ser igualmente exploradas de forma multidisciplinar. Numa primeira impressão, um texto literário, com sua linguagem figurada e seus recursos de estilo que ornamentam uma estória, pode conduzir o leitor a mundos distantes como aqueles descritos num romance de Virginia Woolf, numa crônica de Carlos Drummond de Andrade, numa peça de William Shakespeare ou um poema de Olavo Bilac. Já o texto filosófico, de redação mais ou menos complexa, como *Ética*, de Baruch Espinosa, cheio de axiomas e proposições, são repletos de conceitos e ideias, as quais chamam para si a missão de estimular a reflexão sobre os acontecimentos. Essa tentativa de distinção, todavia, não é suficiente para abarcar toda a variedade de estilos nem para retirar os diálogos atribuídos a

Platão, enriquecidos com personagens e alegorias para indagar o que é a justiça ou o bem e suas representações da categoria de texto filosófico. Ademais, a circunscrição inicial de cada um desses campos, não impede que seus principais expoentes transitem livremente nas duas áreas. Vale lembrar que Jean-Jacques Rousseau, autor de *O Contrato Social*, escreveu o romance intitulado *A nova Heloisa*, Maquiavel escreveu *A Mandrágora* e Nietzsche escreveu *Assim falou Zaratustra*, este amplamente utilizado como expressão do pensamento de seu autor na Filosofia. São campos intercomunicantes, o que abre a possibilidade da utilização de uma literatura como material didático numa aula de Filosofia bem como do reconhecimento de um texto filosófico como pertencente a um gênero literário.

Dessa perspectiva, cabe avaliar a plausibilidade do enquadramento de diferentes produções dentro de um

gênero literário como é o caso de *O Príncipe*, de Maquiavel que, por seus supostos aconselhamentos pode ser percebido como integrante da tradição do espelho do príncipe. Sabe-se que a produção dos *Specula*, que é a grande área, tem duas ramificações provenientes de contextos diferenciados e, dependendo da fase em que tenham sido produzidos, os espelhos podem incluir elementos menos ou mais religiosos, como parábolas e provérbios. Uma dessas ramificações foi desenvolvida por místicos e teólogos e, outra, por conselheiros preocupados unicamente com o governo, da qual resultou o referido “espelho do príncipe”. Esta é uma subárea constituída em geral por opúsculos, ou mesmo partes de livros, de caráter didático, também conhecidos como “tratado sobre a realeza”, “tratado de príncipes”, “regimento de príncipes”, “aviso de príncipes” ou, ainda, “suma política”. A sua versão medieval se distingue dos tratados teológicos e de outros escritos políticos principalmente por sua intenção de colaborar com a formação intelectual e política dos monarcas, que deveriam aprender e demonstrar as qualidades necessárias para reinar. Além disso, alguns espelhos também incluíam, entre outros aspectos, a valorização do conhecimento e a habilidade no manuseio de armas. Um bom príncipe deveria comprovar não somente preparação intelectual, mas bélica para defender seu território. Enfim, especificamente ao “espelho do príncipe” foi atribuída uma função didático-normativa com recomendações sobre os deveres dos monarcas; mas também houve cartilha semelhante para súditos. Foi um conhecido espelho extensivo aos cortesãos, como *Il Libro del Cortegiano (O Cortesão)*, de Baldassare Castiglione, publicado em 1528 em Veneza, contendo um rol de

maneiras aristocráticas desejáveis àquela época.

### **Um breve percurso dos espelhos ao longo dos tempos**

O gênero literário do “espelho do príncipe” foi amplamente investigado, tendo suas raízes localizadas por Lester K. Born (1933, p.583-584) na Antiguidade Clássica. Espelho é um objeto com superfície que reflete um raio luminoso em uma direção invés de absorvê-lo ou espalhá-lo, adequado para designar um estilo que se propõe a refletir a imagem do soberano perfeito para uma determinada sociedade. Nele descreve-se o príncipe ideal, com o comportamento mais apropriado ao seu papel no seu território, no seu posto e diante de outros territórios. Embora vestígios do que seria uma literatura especular possam ser localizados em diversos períodos e regiões, foi com a Cristandade do século VIII que esses exemplares passaram a ser redigidos por conselheiros ou teólogos. A constituição das suas narrativas então, variava entre o tipo jurídico, eclesiástico, pontifício ou régio, abordando a política de um modo geral. O discurso régio dos *specula principis* é, todavia, composto predominantemente por conselhos e preceitos morais destinados ao soberano, que deveria reinar de acordo com a vontade de Deus. Em consequência, alcançaria sua legitimação perante a nobreza, o clero e o povo.

Entre os achados, a primeira obra sistemática dedicada à educação do príncipe teria sido *A Nicocles*, do orador ateniense Isócrates, que se tornou quase uma regra para os espelhos seguintes; mas isso não é consenso. Trata-se de uma proposta repleta de feitos heróicos atribuídos ao governante ideal, como nos escritos de autores gregos e romanos dedicados a um soberano.

Dentro dessa subárea do “espelho do príncipe”, por sua vez, há obras que se destacaram pelas mudanças evidentes na sua estrutura ou conteúdo como, por exemplo, *Policraticus* (1159), de João de Salisbury; *De Regno* ou *De Regimine Principum ad regem Cypri* (1265-1266), de Tomás de Aquino, e *De Regimine Principum* (1287), de Egídio Romano. O primeiro aqui mencionado, *Policraticus*, do século XII, foi inspirado na crise moral da sociedade na qual emergiu para propor a ordem social, associando a boa regência às instruções das *Sagradas Escrituras*. Segundo Michel Senellart (2006, p.138-139) *Policraticus* foi um tratado de Filosofia e de Teologia Política com fim ético, que recomendava uma existência orientada pela verdade. Seu conteúdo foi distribuído em oito livros, mas somente três deles (IV, V e VI) eram característicos da tradição do “espelho do príncipe”, direcionados aos membros da Corte, do príncipe e dos magistrados. A partir desse texto os espelhos, que antes tendiam a exaltar as virtudes reais, foi aberto espaço para as denúncias de desvios de conduta da Corte como forma de reprovação pública, o que foi considerado uma inovação. Até então os espelhos eram redigidos para recomendar, aconselhar, mas não criticar. Adiante surgiu o *De Regno* ou *De Regimine Principum ad regem Cypri*, de Tomás de Aquino, que se preocupou com a exaltação das virtudes cristãs propagadas pela Igreja, como a retidão e a justiça. Esta obra ganhou um homônimo que sobressaiu por seu sucesso editorial sem precedentes na Europa, *De Regimine Principum*, de Egídio Romano, também conhecido como Gil de Roma ou Aegidius de Colonna. Ficou famoso por ter fixado, enfim, uma organização para o gênero “espelho do príncipe”, o que o elegeu como um tipo de projeto editorial para

os espelhos seguintes. Foi organizado em três partes: a) virtudes, paixões e os costumes dos homens; b) o controle das mulheres, dos filhos e dos servos pelo chefe da família; e c) o regimento da cidade e do reino no tempo de paz e no tempo de guerra pelo monarca. Dessa maneira, *De Regimine Principum* apresentou recomendações de fundo moral, político e prático, incluindo conselhos para momentos de tempestade e calma, virtudes que deveriam ser cultivadas e vícios que deveriam ser evitados, além de descrições sobre a natureza do poder real e a preocupação com a possibilidade da tirania. Egídio Romano ainda ressaltou o valor da prudência, característica primordial daquele que sabe governar, a qual também foi exaltada por Maquiavel ao reconhecer que seria bom que o líder dispusesse das boas qualidades, das virtudes cardeais e principescas; mas não sendo possível devido à “condição humana”, seria preciso encontrar alternativas, dentro dos limites da sua natureza, para manter o controle sobre as coisas. Entre elas, é necessário “*ser suficientemente prudente para evitar a “infâmia” daqueles vícios que lhe tirariam o poder e guardar-se, na medida do possível, daqueles que lhe fariam perdê-lo*” (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, 2008, cap. 15, p. 74). A prudência, do latim *prudencia*, ou *prudenzia*, compõe as quatro principais virtudes principescas, junto com a justiça, a fortaleza e a temperança, tendo sido destacada na tradição literária do espelho do príncipe.

A popularidade dos “espelhos do príncipe” na Idade Média e no Renascimento pode ser atribuída à escassez de instrumentos legais para forçar os príncipes a tomar o poder com responsabilidade e sensatez. Logo, esse manual teria como função suprir a

carência de ordenamentos jurídicos para orientar e controlar os governantes convencidos do que lhes seria exigido em nome da moral. Na Península Ibérica há uma vasta bibliografia sobre os espelhos do Renascimento Carolíngio, nos quais se pode observar que o reinado ganhava legitimidade através do reforço teológico. O soberano, representante natural de Deus na Terra, atuante junto à Igreja e ao povo cristão, deveria não somente demonstrar suas virtudes, mas corrigir suas próprias imperfeições e, ainda, opor a ascese da humildade às tentações do poder. Manter-se atento às imperfeições é um cuidado decorrente do entendimento que a visibilidade do monarca poderia fazer com que prováveis vícios fossem mais imitados que as suas virtudes. Entre as atribuições do soberano virtuoso estavam o cumprimento da justiça e o zelo pelo bem-estar de seus súditos, fazendo emergir a prosperidade material e espiritual do reino. Como o objetivo naquele contexto era conciliar os interesses da Igreja com aqueles do governo, esse espelho do príncipe foi colocado a serviço da propagação de uma ideologia da monarquia cristã, com prescrições morais que poderiam contribuir para a ordem social. Um dos estudos mais conhecidos sobre os denominados “espelhos carolíngios” – referentes ao período europeu cristão ocidental que envolve os séculos IX e X – é o de Ana Isabel Buescu (1997, p.33) que os posicionou como uma forma de propaganda institucional, para difundir uma ideologia política, social e religiosa. Naquele cenário, eventualmente a autonomia da realeza esbarrava no poder do clero, muito influente sobre o povo e com presença marcante na ocupação fundiária, significativo do controle econômico. Esse poder do clero pode ser verificado

nos principados eclesiásticos descritos por Maquiavel em *O Príncipe*, livro que, por vezes, foi percebido como um espelho às avessas como será mais bem explicado adiante. Pode-se identificar quatro momentos notórios ao longo da história dos “espelhos do príncipe”: 1) a versão de Isócrates, na Antiguidade Clássica, que teria sido a primeira obra sistemática dedicada à educação do príncipe, 2) a reformulação proposta por Salisbury, que abriu espaço para as críticas à conduta irregular; 3) a versão de Egídio Romano, com seu sucesso editorial; e 4) o que seria o “espelho político” de Maquiavel, com a inversão do discurso, que privilegiou a eficácia política.

### **Coincidências e divergências com os escritos de Maquiavel**

David Nogales Rincón (2006, p. 10-20), que investigou os espelhos do período Carolíngio, os definiu como uma reflexão genérica sobre o poder e seu exercício, os quais reproduziram uma proposta de modelo imutável e ideal de soberano, considerado perfeito, que poderia ser seguido por outra pessoa com as mesmas pretensões. Embora *O Príncipe*, de Maquiavel, não fizesse parte da tradição carolíngia, Nogales Rincón referiu-se a este como um “novo espelho”, que reduziu o peso da religião nos aconselhamentos e privilegiou a habilidade na conquista e manutenção do poder. Essa percepção do opúsculo maquiaveliano como um espelho inovador é corroborada por Jerome B Schneewind (2005, p.65), declarando que *O Príncipe* teria “virado de cabeça para baixo” os espelhos anteriores ao colocar a manutenção do poder à frente dos custos morais. É nesse sentido a recomendação que, para manter as pessoas e as coisas sob controle, é melhor ser temido que ser amado e, mais ainda, é preciso compreender que

aparentar uma virtude pode ser útil, mas não é necessariamente uma atitude eficiente para a política. Esse é o diferencial de Maquiavel, que não seria admitido nos antigos manuais, os quais se preocupavam com o que seria necessário para estabelecer uma vida cívica, temática mais bem explorada em outro texto de Maquiavel, os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Através da proposta maquiaveliana do “espelho do príncipe”, a função político-pedagógico original foi perdida, mas foi mantida a retórica dos textos medievais. Consequentemente, *O Príncipe*, devidamente ajustado às necessidades de seu tempo, teria como temática central as relações de poder bem distante daquela de seus antecessores.

Ao concluir que regras virtuosas não criam impreterivelmente homens virtuosos, Maquiavel substituiu os argumentos de natureza ética pelos da eficácia política e, desse modo, desmistificou a suposição que parte importante dos problemas políticos poderia ser resolvida através do reflexo de um rei ideal, reto, que seria imitado pelo reino. A sugestão das estratégias mais efetivas para um líder manter suas condições de governabilidade podem ser reconhecidas em *O Príncipe*, que teria aderido ao formato dos espelhos convencionais e preservado o decoro na explanação, mas alterado o encaminhamento das recomendações. Como outras obras literárias, a versão do “espelho do príncipe” maquiaveliano conteria além dos elementos textuais, recursos retóricos como poesia, metáforas, sentenças, fábulas, apólogos, com lições éticas, comentários. Suas figuras exemplares eram personalidades ilustres e antigas com boas trajetórias, tendo suas qualidades enaltecidas. Tal qual o tratado político, que é o gênero que mais se aproxima dos *Discursos*, o

“espelho do príncipe” pode conter citações de princípios teológicos ou políticos. Mas há diferenças que se iniciam com a organização dos capítulos e culminam com o supracitado tratamento do conteúdo, rompendo com a tradição. Em geral, os “espelhos do príncipe” contêm um prólogo ou exórdio logo nas suas primeiras páginas, onde a intenção do autor é declarada. Fugindo dessa “regra”, o autor apresentou sua intenção praticamente no meio do livro (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, 2008, cap. 15, pp. 73-74). Somente depois de discorrer sobre os tipos e as dinâmicas de principados distintos Maquiavel justificou que pretendia escrever algo útil para sugerir as qualidades e atitudes mais adequadas ao príncipe. Em seguida levantou questões específicas da Itália num capítulo que teve a mesma finalidade de um prólogo e que parece dividir o livro em duas partes. A primeira delas apresentando os tipos de governo, o que justificaria o título *De Principatibus*, ou *Principados* e, a segunda, sobre o governante, *De Príncipe* ou *O Príncipe*. Isso endossaria a hipótese que *O Príncipe* teria sido criado para abordar as formas de governo, mas Maquiavel teria mudado de ideia e, a partir daí decidiu se concentrar no governante.

Como já mencionado, o “espelho do príncipe”, como um manual pedagógico, comporta a figura de um conselheiro, que assume o papel privilegiado de transmitir os ensinamentos, passar lições úteis para o exercício do poder. No caso de *O Príncipe*, foi o próprio Maquiavel que assumiu a função do conselheiro, o que é visível na dedicatória, praticamente uma carta de apresentação juntada ao final do texto (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, 2008, p. 129). Vale ressaltar que a inclusão de uma dedicatória a

Lorenzo Médici parece sugerir que Maquiavel teria imitado o espelho de Isócrates com sua dedicatória a Nicocles. É quando o objetivo do livro é exposto ao destinatário, que seria apresentado com seu aconselhamento. Como um conselheiro, Maquiavel disponibilizou sua experiência pessoal nos negócios do governo. Conquanto o conselheiro também é um súdito, diferencia-se dos demais, o que fica claro quando Maquiavel adverte que este posto não está ao alcance de qualquer pessoa, pretensão que está registrada da seguinte forma:

Desejando, portanto, oferecer a Vossa Magnificência algum testemunho de minha devoção, não encontrei entre minhas posses coisa alguma que considerasse mais valiosa ou que mais estimasse do que o conhecimento das ações dos grandes homens, que aprendi através de uma longa experiência das coisas modernas e um contínuo estudo das antigas. Tendo-as eu examinado longamente com grande diligência e agra ponderado, e reduzido a um pequeno volume, envio-a a Vossa Magnificência (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, 2008, p.129).

Embora se coloque na posição de conselheiro qualificado, Maquiavel também alertou que um aconselhamento não deve ser seguido cegamente, pois isso pode ter efeitos nocivos. Mesmo diante de supostos bons conselhos, o governante sábio deve aconselhar-se somente quando quiser, e não quando os outros quiserem, muito provavelmente para que não seja manipulado. E só será bem aconselhado se ele mesmo for engenhoso e tiver bom discernimento das coisas para extrair as informações que precisa, porque as interpretações são sempre diferentes. Aqui ressalta novamente o valor da prudência, que é tratada, em Maquiavel, como uma

virtude que acompanha a *virtù*, conceito multifacetado que pode ser compreendido *grosso modo*, como competência para superar adversidades, no sentido daquela qualidade necessária para equilibrar os modos de ação. Saber ouvir, escolher, decidir é uma qualidade daquele que quer obter sucesso na ação política. Pode-se dizer que *O Príncipe* preservou alguns elementos dos antigos manuais, inclusive a figura do conselheiro. Contudo, é preciso reconhecer que há uma diferença no olhar desse conselheiro, influenciado por sua vivência, para o cenário que percebe e tenta descrever, assim como para os atores políticos que nele contracenam. Embora Maquiavel tenha assumido a posição de conselheiro para um monarca, demonstrando a sua preocupação com o governo, prescindiu da moralidade cristã em favor da operatividade política. Pode-se observar neste texto de Maquiavel interseções, mas também divergências dos “espelhos de príncipe” convencionais, o que coloca em dúvida se Maquiavel teria inaugurado uma nova fase ou rompido com essa tradição.

Há vários personagens com atitudes ilustres na produção textual da tradição do “espelho do príncipe” até a Idade Média. Maquiavel não prescinde disso, uma vez que introduz personagens míticos como Teseu, um dos maiores heróis gregos; além de reis como Rômulo, o primeiro rei de Roma, admirado por ter instituído uma ordem política afinada com as liberdades civis, alguns dos quais também aparecem nos *Discursos* (2007, Livro 1, cap.9, p. 41). No seu elenco, até uma série de imagens trazidas da literatura mística, do Antigo Testamento é lembrada, as quais também estão presentes nos espelhos tradicionais, principalmente aqueles que têm um viés teológico, que valorizam as virtudes cristãs. Com isso, a

equiparação de exemplos seculares aos não seculares ratifica a minha impressão do reconhecimento de uma instância transcendental no texto de Maquiavel, que pode exercer uma função social. Cada uma dessas personalidades foi citada por Maquiavel devido aos seus atributos relevantes para nortear um novo líder, mas, de fato, nenhuma delas conseguiu conjugar todas as habilidades necessárias em si. Essa é a dificuldade para refletir sobre a possibilidade da existência de modelos, compreendidos como pessoa ou coisa cuja imagem deveria ser de fato reproduzida ou imitada de tão perfeita que pareceria. Além de representantes dos paganismos greco-latinos, Maquiavel resgatou figuras históricas como Ciro, Ludovico, Alexandre Magno, Carlos VII, Luís XII da França, o famoso líder mercenário Francesco Sforza, Fernando de Aragão e o Papa Júlio II, nem todos eram dotados do mesmo tipo de *virtù*, aqui compreendida como uma habilidade especial para lidar com sua esfera de poder. Mas suas ações foram contextualizadas no tempo de cada um a fim de produzir resultados eficazes nas condições que dispunham. Foram incluídos, ainda, na lista de Maquiavel, aqueles que chegaram ao poder por atos criminosos como César Bórgia e Agátocles, tirano de Siracusa, bem evidente em *O Príncipe* (2008, cap.8, pp.37-41). Destarte, se Maquiavel utilizou como ilustração atores de conduta reta e certa, também mostrou aquelas que executaram ações politicamente eficazes, mas repletas de vícios, o que mais uma vez contraria as recomendações dos espelhos tradicionais. Diante dessa multiplicidade de exemplos reais ou míticos, virtuosos ou não virtuosos para instruir ações possíveis para os acontecimentos de seu tempo, pode-se verificar que não há consenso que esses

personagens possam se considerados literalmente modelos. Uma parte deles tem conduta nada virtuosa, bem longe da moralidade especular, mostrando que a história seria mais provedora de mitos, no sentido de alegoria para explicar um fato, do que de modelos de atitudes inspiradoras para tentar influenciar ações futuras.

Peter Breiner (2008, pp.66-67) associa a essa discussão em torno dos modelos a exigência da versatilidade conforme as circunstâncias, o que foi sugerido por Maquiavel. Nesse sentido foi lembrado o argumento de John Greville Agard Pocock ao dizer que o líder de *virtù* é uma figura cuja conduta dispensa regras porque ele pode e deve saber gerenciar as situações, sejam elas quais forem. Por isso, as providências serão tomadas de acordo com a evolução dos eventos, o que inclui tanto o comportamento instável dos indivíduos quanto as mudanças de cenários. Se, reforçando a posição de Pocock, o que é necessário se impõe ao que deveria ser feito, não há, na visão de Breiner, um padrão de conduta e, por conseguinte, não há um modelo a ser imitado, pois estes supõem regras que, devido ao ambiente de incertezas, não podem ser seguidas. Acrescento que se um padrão de conduta funcionou numa determinada conjuntura, pode não funcionar igualmente num outro contexto porque os fatos não se repetem da mesma forma ao longo do tempo. Há uma dinâmica na vida social que nem sempre pode ser controlada ou reconstituída. É por tudo isso que Breiner diz que não há um tipo paradigmático de novo príncipe para atender aos anseios de Maquiavel em *O Príncipe*, uma conjuntura totalmente distinta das demais. Diante disso, penso que por mais que Maquiavel tenha se disposto a levantar exemplos de um novo príncipe na historiografia que pudesse atender às

necessidades de sua Península Itálica fragmentada, havia uma impossibilidade decorrente da inevitável mudança das coisas. Não havia, portanto, ideal de príncipe a ser seguido, nem forma de governo a ser reimplantada, mas apenas tantos principados quantos príncipes diferentes com seus respectivos modos de ação. Essa constatação que pode levar a duas conclusões: 1) se não há modelos imutáveis que se aplicam a uma variedade de situações, não há o que imitar e, 2) quando Maquiavel valoriza o conhecimento prudencial, mais relevante do que buscar o que imitar é estar apto a identificar os problemas e tentar resolvê-los da forma mais vantajosa possível. Ocorre, desse jeito, um processo contínuo de criação que compõe o exercício interpretativo dos cenários, na busca de inspiração para desfechos eficientes para cada momento.

A despeito da presença do conselheiro ou dos tipos citados por Maquiavel para a previsibilidade dos acontecimentos na arena política, há outros aspectos que distinguem *O Príncipe* das demais obras conhecidas da tradição do espelho do príncipe, que é o que levanta a dúvida sobre a plausibilidade de seu enquadramento. Autores como Felix Gilbert (1939, pp.477-479) e Allan H. Gilbert (1939, p.470) argumentam que Maquiavel tentou adaptar *O Príncipe* ao formato do gênero do espelho do príncipe, mas modificou o encaminhamento de suas recomendações, justificando ações viciosas para obter resultados eficazes, daí a utilização de exemplos como César Bórgia e Agátocles. Por esse motivo às vezes *O Príncipe* é indicado como um manual às avessas com conselhos preventivos para atuação num ambiente hostil, similar a uma trincheira. Descreveu palcos nos quais

os indivíduos não precisavam preencher compulsoriamente o mesmo catálogo de virtudes daqueles que apostavam na educação de um soberano moralmente reto, idolatrado por seus súditos, provedor de um reino harmônico. Desponta aí uma dissonância entre forma e conteúdo dos espelhos convencionais para a proposta de Maquiavel, o que não indica necessariamente uma ruptura com o gênero do espelho do príncipe, mas possivelmente a inauguração de uma nova fase, mais pragmática, influenciada pelo período e contexto no qual foi criada.

Felix Gilbert (1939, pp.477-479) acredita que Maquiavel teria de fato se esforçado para adaptar a forma de seu livro àquela da literatura convencional do gênero do “espelho do príncipe”. Em consonância com Victoria Kahn (1986, pp.63-65), Gilbert percebe sua refutação ao humanismo cristão em *O Príncipe* quando trata dos mesmos assuntos de seus predecessores, no campo da política, mas com uma interpretação particular. Isso pode ser verificado principalmente do capítulo 15 ao 19, onde Maquiavel descreve as qualidades que mais favoreceriam o príncipe. Esses capítulos podem ser analisados como um bloco compacto e independente do restante, onde o cap.19 (pp.87-98) se apresenta como a conclusão do cap. 15 (pp.73-74). Ambos se destacando dos demais de forma coerente. Ao refutar o catálogo abrangente de virtudes humanista, Maquiavel providenciaria uma versão atualizada e realista das virtudes. Essa reflexão é retomada por Gilbert em outro artigo (1951, pp. 464-465), no qual parece concordar sobre a ruptura com a tradição especular e não exatamente com a inauguração de uma nova fase. Gilbert explica que do final da Idade Média para o início do Renascimento as atenções estavam

voltadas ao problema ético do principado, para determinadas características pessoais do monarca, cuja força política criativa é diferente daquela do cidadão comum, que é governado. Algumas passagens de *O Príncipe* sugerem que Maquiavel teria incorporado no seu livro certas tendências intelectuais que já tinham sido desenvolvidas pelos humanistas, mas não deixou de registrar uma crítica a essa corrente, principalmente no que tange às virtudes, que nem sempre seriam úteis, lembro. Dessa forma, Maquiavel, com a sua visão do poder político em *O Príncipe*, rompeu com a identidade tradicional entre o príncipe e o ser humano ideal, pré-determinados pela tradição medieval do “espelho do príncipe”, tal qual era aceita pelos escritos humanistas. Mas deu prosseguimento à ênfase na personalidade do príncipe como fator determinante para a eficácia política. Com isso, percebo que um mesmo autor parece, em diferentes produções, ora perceber Maquiavel ora como aquele que inaugura uma nova fase do espelho do príncipe, ora como aquele que rompe com essa tradição e cria um novo estilo literário, o que pode ser uma releitura.

Para Ritamary Bradley (1954, p. 102-103) *O Príncipe* era um espelho que teria se distanciado demais ao se concentrar no ato de dominar, o que inclui a utilização de estratégias não virtuosas, sem esquecer, entretanto, do cuidado imprescindível com a imagem. Para Bradley, diferente do tipo de espelho apresentado por Santo Agostinho, Maquiavel não se interessava em descrever como o homem deveria ser, mas como precisaria agir efetivamente para alcançar seus objetivos. Essa praticidade pode ser verificada especialmente quando Maquiavel critica as descrições de sociedades imaginárias

como aquelas desenhadas na Antiguidade por Platão e Aristóteles, que não contribuiriam para a eficácia política (MAQUIAVEL, *O Príncipe*, 2008, cap. 15, p. 73). É exatamente esse capítulo que Harry Burke (1984, pp. 90-93) assinala como indicativo da ruptura de Maquiavel com os “espelhos do príncipe” anteriores, aderindo a essa hipótese. Sobressai, em *O Príncipe*, a preocupação com a vitória e com a sobrevivência, o que o torna muito mais um material para análise política do que investigação moral, apontando um caminho mais realista para tratar as relações de poder. Nessa ótica Maquiavel se dispõe a ensinar ao príncipe como manter o poder e fortalecer o *stato*, no sentido de posição e também do próprio domínio contra os ataques internos e externos. Isso posiciona *O Príncipe* como um texto utilitário que traduz a realidade nua e crua para atender aos fins de líderes potenciais sedentos de vitórias. Assim, o suposto “espelho” de Maquiavel é produzido com base numa operacionalidade que superaria as contradições evidentes entre teoria e prática, onde repúblicas e principados imaginários resgatados dos textos filosóficos da Antiguidade não poderiam mais ser aplicados à realidade política e social dos territórios italianos.

Quentin Skinner (2009, p. 150-156), outro pesquisador, já apresenta *O Príncipe* como uma possível “paródia dos espelhos de príncipes”, com a provável intenção de ridicularizar alguns dos valores propagados nas edições tradicionais. Compreendo aqui como paródia o gênero literário que imita outro a fim de satirizá-lo, neste caso, uma sátira dos espelhos já conhecidos. Haveria dois momentos nos quais essa crítica é mais nítida: um deles representado pela desvalorização da força física para o sucesso do

governo, uma vez que não há um personagem hercúleo, e, outro, quando Maquiavel se refere ao papel da *virtù*, qualidade vital para a articulação política. Mas para Skinner o pensamento de Maquiavel é paradoxal no que tange ao papel das virtudes e sua importância para a obtenção da honra, glória e fama. Skinner acredita que, com *O Príncipe*, Maquiavel estaria criticando conscientemente vários elementos-chaves do gênero dos espelhos dedicados aos príncipes, um deles a moralidade. Ainda explicou que Maquiavel até concorda com os humanistas que as virtudes são as metas do príncipe, pois são valiosas, mas rejeita a ação virtuosa como o único meio mais eficiente para alcançá-las. No entanto, na mesma direção de Ritamary Bradley, admite que é preciso manter uma aparência virtuosa para garantir a boa reputação, o que reforça o peso da aparência para os governantes. Por isso, mesmo quando o príncipe não é dotado de qualidades virtuosas, deve aprender a dissimulá-las para atingir os seus objetivos, o que é uma recomendação explícita em *O Príncipe*. Apesar da importância da sustentação da aparência virtuosa, que é protegida pelo *status* majestoso do príncipe, é preciso reconhecer que muitas vezes é impossível manter a postura convencionalmente virtuosa durante todo o tempo porque há virtudes que, se praticadas, podem arruinar o príncipe, enquanto outras que parecem viciosas podem até mesmo beneficiá-lo. Tudo isso está nas recomendações que podem ser destacadas no texto e sinaliza o momento em que, segundo Skinner, Maquiavel termina por demolir a escala de valores dos “espelhos de príncipe”. Reforço aqui que, nesse sentido, Maquiavel apresenta um conjunto de regras para a orientação do novo líder

que deve se encarregar de reunificar a Península Itálica no qual é possível perceber virtudes boas em si mesmas, mas que não são invariavelmente úteis para a política. É por isso que o príncipe deve tentar, na medida do possível, aparentar virtudes, mas também abandoná-las por completo, ou seja, mudar o seu modo de ação em prol da governabilidade. Por exemplo, o príncipe deve aparentar liberalidade, mas essa aparência não o livra da necessidade de praticar exatamente o seu contrário, que é a avareza, que pode vir à tona. Para manter-se no poder nem sempre é útil demonstrar boa-fé, caridade e religião, como recomendado nos tradicionais “espelhos do príncipe”, pois podem sugerir vulnerabilidades. Mas também há vícios mais úteis, que são recriminados pelos “espelhos dos príncipes” como a crueldade, que pode afugentar inimigos e exigir a ordem. Isso impõe que o príncipe aja conforme a necessidade do momento, o que, para Skinner é o que motivou seu ataque às virtudes apresentadas nos “espelhos dos príncipes”. Necessidade torna-se, pois, palavra-chave da ação.

Na tradição humanista a *virtù* estava associada a atitudes nobres, então os conselhos políticos dos “espelhos do príncipe” eram voltados para o cultivo de um vasto elenco de virtudes cristãs e morais, o que Maquiavel rejeita por conveniência. Desencantado, Maquiavel não parecia acreditar na recompensa com glórias celestiais, mas apenas no desejo da honra e na glória secular, alcançada por aquele que consegue um bom desempenho, o que dá outra motivação para seus conselhos. Skinner (2009, pp.149-150) encontra uma referência ao tradicional pressuposto humanista, o autêntico *vir virtutis*, que não deve ser remetido a manobras ardilosas. No entanto, Maquiavel assume que embora teoricamente a

postura oscilante não seja adequada, na prática uma atitude de raposa, representativa da astúcia, se torna indispensável para a ação política. Logo, o governante é forçado a agir com esperteza para sobreviver em meio a uma fogueira de vaidades e traições. Foi essa concessão aos vícios que desencadeou as críticas dos moralistas cristãos, que consideraram Maquiavel perverso, má reputação que perpetuou ironicamente sua fama. Por tudo isso Skinner alega que *O Príncipe*, por suas especificidades, não pode ser inserido em nenhuma categoria de textos de teoria política da mesma geração dos “espelhos do príncipe”, mas também não propõe uma classificação para o mesmo, o que deixa a discussão em aberto para outras sugestões.

De acordo com Skinner, ao mesmo tempo em que Maquiavel censura as convenções humanistas, também parece segui-las em parte, o que pode ser constatado na distinção das qualidades que deveriam ser louvadas daquelas que deveriam ser vituperadas. Nesse ponto Maquiavel parece concordar que os príncipes têm a obrigação de pautar seus atos pela virtude, o que é uma herança da tradição moralista, onde acredito que está claro que Maquiavel não desvaloriza propriamente as virtudes, como uma leitura superficial de *O Príncipe* pode supor. Por outro lado, faz concessões à possibilidade de não agir sempre virtuosamente para sua própria segurança, o que pode ser uma estratégia política para aquele que enfrenta tantas ameaças para governar. Nessa direção, Maquiavel recomenda precisamente que se for possível o príncipe não deve desviar-se do que é bom, mas se for necessário pode praticar o mal (SKINNER, 2009, p.157). Parece ocorrer, portanto, somente um distanciamento parcial dos humanistas, mas por dificuldades na sua

argumentação é difícil saber exatamente a posição de Maquiavel. Diante disso, Skinner conclui que Maquiavel não abandona facilmente as normas morais herdadas da tradição, tanto que na sua análise das virtudes principescas admite que seria louvável que um príncipe as praticasse efetivamente. Só que, mais adiante, Maquiavel repete que o príncipe não deve demonstrar, entre outras qualidades, a lealdade à palavra dada, mas reagir conforme as circunstâncias. Tudo isso confirma minha percepção que, em Maquiavel há uma distinção entre o bem e o mal, que está relacionada à virtude e ao vício. Mas também há o reconhecimento de uma natureza humana que pode variar no seu modo de ação, do vício para a virtude por uma questão de sobrevivência.

Ao contrário de Skinner (2009), Maurizio Viroli (2014, pp.1-3) não considera *O Príncipe* uma sátira nem uma mensagem enigmática, mas um texto através do qual Maquiavel realmente desejava instruir um tipo especial de príncipe para reorganizar a Península Itálica vilipendiada. Uma vez que *O Príncipe* foi redigido no formato de um manual de conselhos dedicado à educação política de um líder, parece ter se aproximado do gênero literário do “espelho do príncipe”, a despeito de suas especificidades, pois já foi visto que existiram espelhos diferenciados. Mas Viroli (2014, p. 18) alerta que, a despeito das semelhanças estruturais com essa tradição, há uma lacuna entre esse texto e outros livros de conselhos para príncipes, o que o levou a classificar *O Príncipe* como um exemplar *sui generis* do “espelho do príncipe”, o que se encaixa na enumeração das possíveis variedades do gênero literário. Em consonância com Skinner e outros autores, Viroli concorda que a singularidade de

Maquiavel está, sobretudo, na apresentação de um governante que não segue valores exclusivamente virtuosos, mas apresenta moral ambivalente, o que me parece representativo da dualidade humana. Com isso, Maquiavel naturalizou ou, em outras palavras, “humanizou” o aspecto político, pois saiu do plano das idealizações para o que poderia ser feito na realidade. Esse líder, que assume essa postura oscilante entre o bem e o mal, contrariaria a proposta de líder propagada pelos espelhos tradicionais, que teria se mostrado pouco eficiente para a política num ambiente de disputas, como um cabo de guerra. Todavia, critérios diferenciados para o julgamento das ações dos príncipes e das ações humanas ordinárias podem proteger esse líder da repercussão negativa. De fato, me parece que Viroli ressalta os principais aspectos, evidentes para os demais autores mencionados aqui, mas não propõe uma classificação nem para o pensamento de Maquiavel, que apenas chamou de realista *sui generis*, nem classifica estilisticamente *O Príncipe*, que considerou igualmente um espelho *sui generis*. Na sua interpretação, parece que não deixou de construir um espelho, preenchido com um pensamento peculiar que o distinguiu dos demais autores da tradição. Viroli não responde objetivamente se Maquiavel teria rompido com a tradição do “espelho do príncipe” e lançado uma versão revolucionária desse gênero, inaugurando uma nova fase dentro da mesma tradição, adaptada à nova realidade. Também deixou a discussão em aberto, mas isso pode ser subentendido. No entanto, agregou elementos à pesquisa quando lançou a hipótese do surgimento de um redentor que pudesse consumir a reunificação da Península Itálica, fragmentada, o que se aproxima da ideia de manifesto de

Louis Althusser (19989 p. 13). Poderia tratar-se de um texto de natureza persuasiva a fim de apontar para um problema que precisaria ser resolvido com urgência, convocando um líder para assumir a direção daquele lugar desgovernado. Principalmente no capítulo 26 é evidente o apelo de Maquiavel àqueles que tivessem acesso ao seu manuscrito repassado de uma mão a outra para tomar uma atitude no sentido de restituir a organização administrativa daquele território.

Outros analistas do pensamento de Maquiavel, como Sebastian De Grazia (1993, p. 308), por exemplo, parecem se posicionar mais claramente quanto à relação da criação de Maquiavel com a referida tradição literária, quando registra que Maquiavel teria inaugurado uma nova fase dentro da tradição do “espelho do príncipe”, embora não tenha se aprofundado nessa discussão. Outro autor que concorda que Maquiavel aderiu às regras do gênero “espelho do príncipe”, mas, como tantos outros reconhece que há diferenças que o afastam de seus predecessores e de seus contemporâneos, o que é consenso, é Frank Tang (1995, p.188 - 194), que relembra a associação da manutenção do poder a princípios éticos nas várias fases da história desse gênero literário. Tang confirma que Maquiavel entendeu que, naquela realidade política, alguém que queria fazer o bem poderia sofrer entre aqueles que não eram realmente bons. É isso que o leva a advertir ao líder sobre manter-se em estado de alerta e agir conforme a necessidade para manter-se no poder, ou manter *lo stato*, parafraseando Maquiavel. Essa recomendação está mais evidente em *O Príncipe*, onde Maquiavel aborda mais especificamente o modo de ação do governante. No caso do povo, que também pode ter seu espelho, como já indicado na referência ao de Baldassare

Castiglione, *O Cortesão*, o manual funcionaria quase como um livro de etiquetas, mas Maquiavel não se ocupou de um espelho para o súdito. Se em *O Príncipe* Maquiavel se concentrou no problema do líder, ao qual resolveu passar aconselhamentos, foi nos *Discursos*, que fez uma análise mais abrangente, contemplando também o povo, mas num estilo literário completamente diverso, quase historiográfico, o que é tema para outro artigo.

### Considerações finais

Embora o conjunto de obras classificadas como “espelho do príncipe” contenha características comuns que permitem reuni-las dentro de um gênero literário, está evidente que houve mudanças conforme a intenção do autor e o contexto no qual foram redigidas, o que é absolutamente compreensível. Semelhanças na sua organização me permitiria enquadrar *O Príncipe* como um novo espelho, um tanto quanto revolucionário, pois ignora as convenções sociais escandalizando leitores; embora criar polêmica não tivesse sido seu objetivo. Portanto, essa chamada nova fase poderia ser, como mencionado, um ato de ironia aos espelhos anteriores por propor líderes e sociedades ilusórias ou, ainda, produto de um ato de criação do qual resultou um texto híbrido, de conteúdo diverso no corpo de espelho. Por conseguinte, *O Príncipe* conjugaria características marcantes da tradição do espelho do príncipe, elementos dissonantes desse conjunto e, ainda, um tom de manifesto afinado com a proposta de Louis Althusser (1998 p. 13), ao apelar a um de seus leitores para que alguém tomasse as rédeas da situação, afinal era passada a hora de colocar ordem na casa, como pode ser conferido ao capítulo 26, à Exortação, praticamente

um apelo àquele ao qual a obra seria dirigida.

Como manifestante, Maquiavel declarou seu ponto de vista sobre a situação, denunciou as nuances do problema político de sua terra, convocando alguém na sua comunidade para entrar em ação, assumir o comando do jogo. A despeito de todas as recomendações, pareceu destacar seu propósito que era, de fato, incentivar uma liderança disponível, que quisesse aquele poder. Enfim, se analisado pelo encaminhamento das recomendações, *O Príncipe* pode ser percebido como um manual de astúcia e perspicácia, que são imprescindíveis para o modo de ação eficiente na política. Serviria, ainda, como um guia de sobrevivência para um líder que habita um ambiente traiçoeiro, onde os indivíduos auto interessados disputam terreno e os cenários variam continuamente. Como a natureza humana instável produz cada vez mais instabilidade, é preciso adaptar-se às circunstâncias, que mudam junto com os tempos e os desejos dos indivíduos, que têm grande força. Essa capacidade de adaptação é necessária para o modo de ação estratégico que não estava considerado nas virtudes dos espelhos anteriores. Pode-se dizer, assim, que *O Príncipe*, como uma obra particular, oscila entre um espelho de príncipe e um manifesto.

### Referências

- ALTHUSSER, Louis. Solitude de Machiavel. In: **Solitude de Machiavel et autres textes**, Paris: Presse Universitaire de France, 1998, pp.311-324.
- BORN, Lester K. The specula Principis of the Carolingian Renaissance. **Revue Belge de Philologie et Histoire**, n. 12, 1933, pp.583-612.
- BRADLEY, Ritamary. Backgrounds of The Speculum in Mediaeval Literature. Medieval Academy of America, **Speculum**, v.29, n.1, Jan., 1954, pp.100-115.

BREINER, Peter. Machiavelli's "new prince" and the Primordial Moment of acquisition. **Political Theory**, 2008, pp.36-68.

BUESCU, Ana Isabel. Um Discurso sobre O Príncipe: a "Pedagogia Especular em Portugal no Século XVI. In.: **Penélope**, n. 17, Lisboa: Cosmos, 1997, pp.33-50.

BURKE, Harry R. Audience and Intention in "Machiavelli's The Prince and Erasmus" Education of a Christian Prince, **Erasmus of Rotterdam Yearbook**, n.4, 1984, pp.84-93.

CORTINA, Arnaldo. **O príncipe de Maquiavel e seus leitores. Uma investigação sobre o processo de leitura.** São Paulo, Editora UNESP, 2000.

DE GRAZIA, Sebastian. **Machiavelli in Hell.** USA, Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1989.

GILBERT, Allan H. Machiavelli's "Prince and its Forerunners: "The Prince" as a Typical Book "de Regimine Principum". **The American Historical Review**, vol. 45, n. 1, Oct., 1939, pp. 116-117.

GILBERT, Felix. On Machiavelli's Idea of Virtù. **Renaissance News**, vol. 4, n. 4, Winter 1951, pp. 53-55.

\_\_\_\_\_. The Humanist concept of the Prince and the Prince of Machiavelli. **The Journal of Modern History**, vol. 11, n. 4, Dec. 1939, pp.449-483.

KAHN, Victoria. Virtù and the Example of Agathocles in Machiavelli's Prince. **Representation**, n.13, Winter 1986, pp.63-83.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 182 p.

\_\_\_\_\_. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.** Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 471 p.

NOGALES RINCÓN, David. Los espejos de príncipes em Castilla (siglos XIII-XV): um modelo literario de La realeza bajomedieval. **Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales.** Ano 16, n. 16. Madrid, 2006. pp.9-39.

RODRIGUES, Denise S. **Da Manutenção do poder à Promoção da liberdade: uma investigação filosófica sobre a relação entre O Príncipe e os Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio, de Maquiavel.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

SCHNEEWIND, Jerome B. Pondo a religião de lado: republicanismo e ceticismo. **A invenção da Autonomia.** São Leopoldo: Unisinos, 2005, pp.63-69.

SENELLART, Michel. **As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo.** Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel.** Porto Alegre: L&PM, 2010.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VIROLI, Maurizio. **Redeeming The Prince: the meaning of Machiavelli's masterpiece.** USA: Princenton University press, 2014.

Recebido em 2020-05-24  
Publicado em 2020-06-07